

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Avaliação da Atuação Governamental | Questionário por interlocutor

Área: Administração Financeira

Interlocutor: Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal

Este documento reúne as questões auxiliares do formulário de avaliação municipal da área de Administração Financeira (Formulário E, Anexo VII da Nota Técnica nº 43/2026-CGF/TCEPR) atribuídas ao interlocutor acima indicado. As questões são apresentadas na ordem do formulário, e o documento contém 116 questões auxiliares.

Questão de Avaliação	Item de Verificação	Questão Auxiliar		Requisitos de Atendimento	Opções de Resposta	Compõe Nota?	Dependência	Resultado quando a condição da dependência não for satisfeita	Interlocutor	Interlocutor substituto
Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV01. Elaboração do PPA	29317	O Município disponibiliza em seu site e/ou portal da transparência a lei consolidada e atualizada referente ao Plano Plurianual (PPA) vigente?	- O Município deve demonstrar que o PPA vigente está publicado no site oficial e/ou no portal da transparência, em local de acesso público e sem exigência de cadastro, login ou autenticação. - A versão disponibilizada deve permitir a identificação inequívoca de todas as alterações legislativas realizadas, mediante (i) compilação em texto único, ou (ii) indicação expressa — em nota, legenda, anexo ou destaque visual das partes alteradas — das leis modificadoras, nos termos dos itens 33, 35 e 36 da NT nº 37/2025-CGF/TCEPR (requisito aplicável apenas caso tenha ocorrido alterações legislativas).	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV01. Elaboração do PPA	29318	Informe o endereço eletrônico (link) do site oficial e/ou portal da transparência que demonstre a publicação do PPA vigente junto a seus respectivos anexos.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(29317 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV01. Elaboração do PPA	29319	Anexe o documento que contenha a lei consolidada e atualizada referente ao PPA vigente junto a seus respectivos anexos.	-	ANEXO	NÃO	(29317 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV01. Elaboração do PPA	29320	O Município possui manual próprio que estabelece a metodologia, os fluxos, os prazos e os responsáveis pela elaboração do seu Plano Plurianual?	- O Município deve dispor de documento formal (manual, guia ou instrução técnica) que contemple, no mínimo: (i) metodologia e estrutura do PPA; (ii) responsabilidades das unidades envolvidas na elaboração; e (iii) fluxo e cronograma das etapas. - Não atende o documento que se limite a reproduzir o conteúdo do próprio PPA ou o apresente de maneira apenas conceitual, sem caráter orientativo e operacional do processo de elaboração. - O parâmetro adotado tem fundamento no Apêndice III da Nota Técnica nº 37/2025-CGF/TCEPR e na seção 3.1 do Guia de Elaboração do PPA Municipal (SEPLAN-25), cujos requisitos são, inclusive, mais extensos que aqueles citados acima.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV01. Elaboração do PPA	29321	Anexe o documento que contenha o manual de elaboração do PPA.	-	ANEXO	NÃO	(29320 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças

Questão de Avaliação	Item de Verificação	Questão Auxiliar		Requisitos de Atendimento	Opções de Resposta	Compõe Nota?	Dependência	Resultado quando a condição da dependência não for satisfeita	Interlocutor	Interlocutor substituto
Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV01. Elaboração do PPA	29322	O Município disponibiliza em seu site oficial e/ou no portal da transparência o manual de elaboração do seu Plano Plurianual?	- O manual referido na questão anterior deve estar publicado no site oficial e/ou no portal da transparência, em local de acesso público e sem exigência de cadastro, login ou autenticação. - A versão publicada deve corresponder ao manual vigente, compatível com o conteúdo mínimo exigido na questão auxiliar anterior.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(29320 == "SIM")	NÃO	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV01. Elaboração do PPA	29323	Informe o endereço eletrônico (link) do site oficial e/ou do portal de transparência que contenha o manual de elaboração do PPA.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(29322 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV01. Elaboração do PPA	29324	Na elaboração (ou revisão) do PPA 2026-2029, houve um servidor público da área de PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO dedicado a coordenar e acompanhar a sua elaboração ou revisão?	- O Município deve dispor de ato normativo formal (decreto, portaria, instrução normativa ou instrumento equivalente) que designe um coordenador responsável pela condução do processo de elaboração do PPA, ainda que de forma não exclusiva. - Caso a função seja desempenhada por servidor ocupante de cargo permanente cujas atribuições de coordenação do planejamento plurianual estejam expressamente previstas em lei de organização administrativa, lei do plano de cargos ou regimento interno do órgão — e não apenas em atribuições genéricas de orçamento ou finanças —, considera-se suficiente a comprovação da existência do cargo e da demonstração de que há servidor nele investido. - Caso o PPA 2026-2029 tenha sido alterado por leis posteriores, considerar, na resposta, o processo de elaboração ou revisão adotado para a edição mais recente. - Fundamento: item 11 da Nota Técnica nº 37/2025-CGF/TCEPR.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV01. Elaboração do PPA	29325	Anexe o ato de designação (decreto, portaria, instrução normativa ou instrumento equivalente) do servidor responsável pela coordenação do processo de elaboração ou revisão do PPA 2026-2029.	- O documento anexado deve permitir identificar o nome do servidor designado, o cargo ou função em que se dá a designação para a coordenação do PPA e a data de início da designação. - Fundamento: item 11 da Nota Técnica nº 37/2025-CGF/TCEPR.	ANEXO	NÃO	(29324 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV01. Elaboração do PPA	29326	O servidor público da área de PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO dedicado para coordenar e acompanhar a elaboração ou revisão do PPA 2026-2029 é efetivo?	- O Município deve dispor de servidor formalmente designado para coordenar e acompanhar a elaboração do PPA que seja ocupante de cargo de provimento efetivo (concursado) na administração pública municipal, ainda que a coordenação seja exercida mediante cargo em comissão, função de confiança ou função gratificada cumulada com o vínculo efetivo de origem. - Não atende a designação de servidor ocupante exclusivamente de cargo de provimento em comissão sem vínculo efetivo prévio com a administração, de contratado temporário (regime especial) ou de terceirizado, ainda que exerça, de fato, a coordenação do processo. - Caso o PPA 2026-2029 tenha sido alterado por leis posteriores, considerar, na resposta, o processo de elaboração ou revisão adotado para a edição mais recente. - Fundamento: item 11 da Nota Técnica nº 37/2025-CGF/TCEPR.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(29324 == "SIM")	NÃO	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças

Questão de Avaliação	Item de Verificação	Questão Auxiliar		Requisitos de Atendimento	Opções de Resposta	Compõe Nota?	Dependência	Resultado quando a condição da dependência não for satisfeita	Interlocutor	Interlocutor substituto
Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV01. Elaboração do PPA	29327	O Município possui servidor formalmente designado como responsável setorial, no âmbito do órgão gestor da Assistência Social (ex.: Secretaria de Assistência Social), pela formulação e pelo acompanhamento dos programas específicos dessa área no PPA 2026-2029?	- O Município deve dispor de ato normativo formal (decreto, portaria, instrução normativa ou instrumento equivalente) que designe servidor responsável, no âmbito do órgão gestor da Assistência Social, pela formulação e pelo acompanhamento dos programas dessa área no PPA, ainda que de forma não exclusiva. - Caso a função seja desempenhada por servidor ocupante de cargo permanente cujas atribuições de responsável setorial pelo PPA estejam expressamente previstas em lei de organização administrativa, lei do plano de cargos ou regimento interno do órgão — e não apenas em atribuições genéricas da Secretaria —, considera-se suficiente a comprovação da existência do cargo e da demonstração de que há servidor nele investido. - Caso o PPA 2026-2029 tenha sido alterado por leis posteriores, considerar, na resposta, o processo de elaboração ou revisão adotado para a edição mais recente. - Fundamento: item 12 da Nota Técnica nº 37/2025-CGF/TCEPR.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV01. Elaboração do PPA	29328	Anexe o ato de designação do servidor responsável setorial, no âmbito do órgão gestor da Assistência Social, pela formulação e pelo acompanhamento dos programas dessa área no PPA 2026-2029.	O documento (decreto, portaria, instrução normativa ou instrumento equivalente) anexado deve permitir identificar o nome do servidor designado, o cargo ou função em que se dá a designação como responsável setorial e a data de início da designação.	ANEXO	NÃO	(29327 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV01. Elaboração do PPA	29329	O Município possui servidor formalmente designado como responsável setorial, no âmbito da Secretaria da Educação, pela formulação e pelo acompanhamento dos programas específicos dessa área no PPA 2026-2029?	- O Município deve dispor de ato normativo formal (decreto, portaria, instrução normativa ou instrumento equivalente) que designe servidor responsável, no âmbito da Secretaria da Educação, pela formulação e pelo acompanhamento dos programas dessa área no PPA, ainda que de forma não exclusiva. - Caso a função seja desempenhada por servidor ocupante de cargo permanente cujas atribuições de responsável setorial pelo PPA estejam expressamente previstas em lei de organização administrativa, lei do plano de cargos ou regimento interno do órgão — e não apenas em atribuições genéricas da Secretaria —, considera-se suficiente a comprovação da existência do cargo e da demonstração de que há servidor nele investido. - Caso o PPA 2026-2029 tenha sido alterado por leis posteriores, considerar, na resposta, o processo de elaboração ou revisão adotado para a edição mais recente. - Fundamento: item 12 da Nota Técnica nº 37/2025-CGF/TCEPR.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV01. Elaboração do PPA	29330	Anexe o ato de designação do servidor responsável setorial, no âmbito da Secretaria da Educação, pela formulação e pelo acompanhamento dos programas dessa área no PPA 2026-2029.	O documento (decreto, portaria, instrução normativa ou instrumento equivalente) anexado deve permitir identificar o nome do servidor designado, o cargo ou função em que se dá a designação como responsável setorial e a data de início da designação.	ANEXO	NÃO	(29329 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças

Questão de Avaliação	Item de Verificação	Questão Auxiliar		Requisitos de Atendimento	Opções de Resposta	Compõe Nota?	Dependência	Resultado quando a condição da dependência não for satisfeita	Interlocutor	Interlocutor substituto
Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV01. Elaboração do PPA	29331	O Município possui servidor formalmente designado como responsável setorial, no âmbito da Secretaria da Saúde, pela formulação e pelo acompanhamento dos programas específicos dessa área no PPA 2026-2029?	- O Município deve dispor de ato normativo formal (decreto, portaria, instrução normativa ou instrumento equivalente) que designe servidor responsável, no âmbito da Secretaria da Saúde, pela formulação e pelo acompanhamento dos programas dessa área no PPA, ainda que de forma não exclusiva. - Caso a função seja desempenhada por servidor ocupante de cargo permanente cujas atribuições de responsável setorial pelo PPA estejam expressamente previstas em lei de organização administrativa, lei do plano de cargos ou regimento interno do órgão — e não apenas em atribuições genéricas da Secretaria —, considera-se suficiente a comprovação da existência do cargo e da demonstração de que há servidor nele investido. - Caso o PPA 2026-2029 tenha sido alterado por leis posteriores, considerar, na resposta, o processo de elaboração ou revisão adotado para a edição mais recente. - Fundamento: item 12 da Nota Técnica nº 37/2025-CGF/TCEPR.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV01. Elaboração do PPA	29332	Anexe o ato de designação do servidor responsável setorial, no âmbito da Secretaria da Saúde, pela formulação e pelo acompanhamento dos programas dessa área no PPA 2026-2029.	O documento (decreto, portaria, instrução normativa ou instrumento equivalente) anexado deve permitir identificar o nome do servidor designado, o cargo ou função em que se dá a designação como responsável setorial e a data de início da designação.	ANEXO	NÃO	(29331 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV01. Elaboração do PPA	29333	O órgão gestor da Assistência Social (ex.: Secretaria municipal de Assistência Social) participou formalmente do processo de elaboração (ou revisão) do PPA 2026-2029?	- O Município deve ter contado com a participação efetiva do órgão gestor da Assistência Social (ex.: Secretaria municipal de Assistência Social) no processo de elaboração (ou revisão) do PPA, por meio de consultas, reuniões, oficinas ou envio formal de contribuições. Essa participação deve estar documentada e ocorrer de forma articulada com o setor de planejamento orçamentário, reforçando a corresponsabilidade na gestão do plano. - Caso o PPA 2026-2029 tenha sido alterado por leis posteriores, considerar, na resposta, o processo de elaboração ou revisão adotado para a edição mais recente.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV01. Elaboração do PPA	29334	Anexe o documento que comprove a participação do órgão gestor da Assistência Social no processo de elaboração (ou revisão) do PPA 2026-2029.	- O documento anexado deve ser compatível com a modalidade de participação informada, admitindo-se, conforme o caso: (i) ata de reunião ou lista de presença, para consultas, reuniões ou oficinas; ou (ii) ofício, memorando, e-mail datado ou documento equivalente de envio formal de contribuições, com data ou protocolo de recebimento pelo setor de planejamento orçamentário. - O documento deve permitir identificar a data da participação e sua relação com o processo de elaboração ou revisão do PPA 2026-2029, ainda que de forma indireta (ex.: pauta da reunião ou assunto do e-mail que mencione o PPA).	ANEXO	NÃO	(29333 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças

Questão de Avaliação	Item de Verificação	Questão Auxiliar		Requisitos de Atendimento	Opções de Resposta	Compõe Nota?	Dependência	Resultado quando a condição da dependência não for satisfeita	Interlocutor	Interlocutor substituto
Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV01. Elaboração do PPA	29335	A Secretaria de Educação participou formalmente do processo de elaboração (ou revisão) do PPA 2026-2029?	- O Município deve ter contado com a participação efetiva da Secretaria de Educação no processo de elaboração (ou revisão) do PPA, por meio de consultas, reuniões, oficinas ou envio formal de contribuições. Essa participação deve estar documentada e ocorrer de forma articulada com o setor de planejamento orçamentário, reforçando a corresponsabilidade na gestão do plano. - Caso o PPA 2026-2029 tenha sido alterado por leis posteriores, considerar, na resposta, o processo de elaboração ou revisão adotado para a edição mais recente.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV01. Elaboração do PPA	29336	Anexe o documento que comprove a participação da Secretaria de Educação no processo de elaboração (ou revisão) do PPA 2026-2029.	- O documento anexado deve ser compatível com a modalidade de participação informada, admitindo-se, conforme o caso: (i) ata de reunião ou lista de presença, para consultas, reuniões ou oficinas; ou (ii) ofício, memorando, e-mail datado ou documento equivalente de envio formal de contribuições, com data ou protocolo de recebimento pelo setor de planejamento orçamentário. - O documento deve permitir identificar a data da participação e sua relação com o processo de elaboração ou revisão do PPA 2026-2029, ainda que de forma indireta (ex.: pauta da reunião ou assunto do e-mail que mencione o PPA).	ANEXO	NÃO	(29335 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV01. Elaboração do PPA	29337	A Secretaria de Saúde participou formalmente do processo de elaboração (ou revisão) do PPA 2026-2029?	- O Município deve ter contado com a participação efetiva da Secretaria de Saúde no processo de elaboração (ou revisão) do PPA, por meio de consultas, reuniões, oficinas ou envio formal de contribuições. Essa participação deve estar documentada e ocorrer de forma articulada com o setor de planejamento orçamentário, reforçando a corresponsabilidade na gestão do plano. - Caso o PPA 2026-2029 tenha sido alterado por leis posteriores, considerar, na resposta, o processo de elaboração ou revisão adotado para a edição mais recente.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV01. Elaboração do PPA	29338	Anexe o documento que comprove a participação da Secretaria de Saúde no processo de elaboração (ou revisão) do PPA 2026-2029.	- O documento anexado deve ser compatível com a modalidade de participação informada, admitindo-se, conforme o caso: (i) ata de reunião ou lista de presença, para consultas, reuniões ou oficinas; ou (ii) ofício, memorando, e-mail datado ou documento equivalente de envio formal de contribuições, com data ou protocolo de recebimento pelo setor de planejamento orçamentário. - O documento deve permitir identificar a data da participação e sua relação com o processo de elaboração ou revisão do PPA 2026-2029, ainda que de forma indireta (ex.: pauta da reunião ou assunto do e-mail que mencione o PPA).	ANEXO	NÃO	(29337 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV01. Elaboração do PPA	29339	Previamente à formulação (ou revisão) dos programas do PPA 2026-2029, o Município realizou diagnóstico e avaliação das principais necessidades, demandas e problemas da realidade local?	- O Município deve ter realizado, previamente à formulação do PPA 2026-2029, um diagnóstico documentado da realidade local, abrangendo as principais áreas de políticas públicas e todo o território municipal. Esse diagnóstico deve ter sido baseado em dados e estudos oficiais, relatórios e indicadores, contando com a participação de órgãos da administração e instâncias de controle social e resultar em produto formal (relatório, caderno ou documento técnico) que registre as necessidades, demandas e problemas levantados, servindo de fundamento para a definição dos programas do PPA. - Caso o PPA 2026-2029 tenha sido alterado por leis posteriores, considerar, na resposta, o processo de elaboração ou revisão adotado para a edição mais recente.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças

Questão de Avaliação	Item de Verificação	Questão Auxiliar		Requisitos de Atendimento	Opções de Resposta	Compõe Nota?	Dependência	Resultado quando a condição da dependência não for satisfeita	Interlocutor	Interlocutor substituto
Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV01. Elaboração do PPA	29340	Previamente à formulação (ou revisão) dos programas do PPA 2026-2029, o Município realizou análise do cenário fiscal e financeiro, com o objetivo de identificar eventuais restrições e orientar a definição dos objetivos, metas e alocação de recursos compatíveis com a realidade fiscal?	• O Município deve ter realizado, previamente à definição dos programas do PPA, uma análise fiscal e financeira estruturada e documentada, contemplando pelo menos: - Receitas: evolução da Receita Corrente Líquida, grau de dependência de transferências e potencial de arrecadação própria. - Despesas: composição entre obrigatórias e discricionárias, incluindo comportamento dos gastos com pessoal, saúde e educação. - Equilíbrio fiscal: resultado orçamentário, cumprimento dos limites da LRF e capacidade de geração de resultado primário. - Investimentos: espaço fiscal disponível para novos projetos e sustentabilidade de compromissos já assumidos. - Riscos: identificação de riscos fiscais relevantes (ex.: ações judiciais, oscilações econômicas, receitas não recorrentes). • Caso o item de avaliação tenha sido incluído ou editado por leis posteriores que alteraram a versão original do PPA 2026-2029, considerar, na resposta, o processo de elaboração ou revisão adotado em sua revisão. Ou seja, se num primeiro momento o município não considerou o aspecto avaliado na elaboração do PPA inicial, ainda seria possível atender a questão por meio de suas revisões subsequentes. • Fundamento: VAINER, Ari; ALBUQUERQUE, Josélia; GARSON, Sol. Plano plurianual: o passo a passo da elaboração do PPA para municípios: manual de elaboração. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2001. 85 p. (https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/2594).	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV01. Elaboração do PPA	29341	Previamente à formulação (ou revisão) dos programas do PPA 2026-2029, o Município definiu os recursos orçamentários disponíveis para cada órgão ou entidade, com o objetivo de compatibilizar as propostas setoriais com a capacidade financeira projetada?	• O Município deve ter elaborado, antes da definição dos programas do PPA, uma estimativa preliminar dos limites orçamentários por órgão ou entidade da administração, com base em cenários de receita, obrigações financeiras já assumidas e prioridades estratégicas. Essa definição deve ter servido como referência para orientar a proposição de programas e ações pelas secretarias, garantindo maior coerência entre planejamento e capacidade fiscal. • Caso o item de avaliação tenha sido incluído ou editado por leis posteriores que alteraram a versão original do PPA 2026-2029, considerar, na resposta, o processo de elaboração ou revisão adotado em sua revisão. Ou seja, se num primeiro momento o município não considerou o aspecto avaliado na elaboração do PPA inicial, ainda seria possível atender a questão por meio de suas revisões subsequentes. • Fundamento: VAINER, Ari; ALBUQUERQUE, Josélia; GARSON, Sol. Plano plurianual: o passo a passo da elaboração do PPA para municípios: manual de elaboração. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2001. 85 p. (https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/2594). • Evidências esperadas: quadros ou planilhas com a distribuição de teto orçamentário por unidade, ofícios ou comunicados internos informando os limites, registros em sistema de planejamento ou documentos consolidados com os parâmetros financeiros utilizados.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças

Questão de Avaliação	Item de Verificação	Questão Auxiliar		Requisitos de Atendimento	Opções de Resposta	Compõe Nota?	Dependência	Resultado quando a condição da dependência não for satisfeita	Interlocutor	Interlocutor substituto
Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV01. Elaboração do PPA	29342	Na formulação (ou revisão) dos programas do PPA 2026-2029, o Município realizou o levantamento e a avaliação, por órgão ou entidade, dos projetos e atividades em andamento, bem como das novas propostas para o período de vigência do PPA?	• O Município deve ter realizado, antes da definição das diretrizes estruturantes do PPA, um levantamento sistemático das ações em andamento e das novas ações propostas, apresentadas por órgão ou entidade da administração pública. • Caso o item de avaliação tenha sido incluído ou editado por leis posteriores que alteraram a versão original do PPA 2026-2029, considerar, na resposta, o processo de elaboração ou revisão adotado em sua revisão. Ou seja, se num primeiro momento o município não considerou o aspecto avaliado na elaboração do PPA inicial, ainda seria possível atender a questão por meio de suas revisões subsequentes. • Fundamento: VAINER, Ari; ALBUQUERQUE, Josélia; GARSON, Sol. Plano plurianual: o passo a passo da elaboração do PPA para municípios: manual de elaboração. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2001. 85 p. (https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/2594). • Evidências esperadas: formulários ou planilhas de levantamento preenchidas pelas secretarias; documentos ou relatórios consolidados de propostas setoriais.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV01. Elaboração do PPA	29343	Na formulação (ou revisão) dos programas FINALÍSTICOS do PPA 2026-2029, todos os programas identificam, com evidências e dados, a necessidade ou o problema público específico que pretendem enfrentar?	• Todos os programas finalísticos do PPA devem identificar a necessidade ou o problema público específico que pretendem enfrentar, com evidências e dados de suporte — não bastando referência genérica à área de atuação do programa. • A contextualização pode constar do próprio texto do programa (preferencialmente) ou de documento técnico de apoio, podendo remeter ao diagnóstico situacional, desde que identifique especificamente a situação que fundamenta o programa. • Caso o item tenha sido incluído ou editado por leis posteriores que alteraram a versão original do PPA 2026-2029, considerar o processo de elaboração ou revisão adotado em sua revisão. • Fundamento I: VAINER, Ari; ALBUQUERQUE, Josélia; GARSON, Sol. Plano plurianual: o passo a passo da elaboração do PPA para municípios: manual de elaboração. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2001. 85 p. (https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/2594). • Fundamento II: item 4 e Glossário, item XIV, da Nota Técnica nº 37/2025-CGF/TCEPR.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças

Questão de Avaliação	Item de Verificação	Questão Auxiliar		Requisitos de Atendimento	Opções de Resposta	Compõe Nota?	Dependência	Resultado quando a condição da dependência não for satisfeita	Interlocutor	Interlocutor substituto
Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV01. Elaboração do PPA	29344	Na formulação (ou revisão) dos programas FINALÍSTICOS do PPA 2026-2029, todos os programas possuem pelo menos um objetivo geral, claro e específico, que expresse o resultado pretendido com sua implementação?	• Todos os programas finalísticos do PPA devem conter, de forma expressa, ao menos um objetivo geral que indique o resultado a ser alcançado com a implementação do programa. Como parâmetro de especificidade, o objetivo deve ser redigido com verbo que expresse mudança de estado ou resultado (ex.: reduzir, aumentar, ampliar, universalizar, erradicar), e não verbo que expresse atividade ou processo (ex.: promover, fomentar, apoiar, fortalecer, incentivar), salvo justificativa técnica que demonstre a adequação do verbo de processo ao resultado pretendido. • Caso o item de avaliação tenha sido incluído ou editado por leis posteriores que alteraram a versão original do PPA 2026-2029, considerar, na resposta, o processo de elaboração ou revisão adotado em sua revisão. • Fundamento I: VAINER, Ari; ALBUQUERQUE, Josélia; GARSON, Sol. Plano plurianual: o passo a passo da elaboração do PPA para municípios: manual de elaboração. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2001. 85 p. (https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/2594). • Fundamento II: Apêndice I, XII, da Nota Técnica nº 37/2025-CGF/TCEPR.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV01. Elaboração do PPA	29345	Na formulação (ou revisão) dos programas FINALÍSTICOS do PPA 2026-2029, todos os programas possuem público-alvo específico, ou seja, identificam quais são os segmentos da sociedade a serem beneficiados por sua execução?	• Todos os programas finalísticos do PPA devem identificar, de forma clara e específica, quem será diretamente beneficiado por sua execução. O público-alvo pode ser segmentado por critérios como faixa etária, condição socioeconômica, localização geográfica, gênero, etnia, atividade econômica, entre outros. • O público-alvo deve corresponder aos beneficiários diretos ou indiretos da política pública, e não à unidade executora, ao equipamento público ou ao local de prestação do serviço (ex.: em programa de alimentação escolar, o público-alvo corresponde aos estudantes atendidos, e não às escolas ou unidades de ensino na qualidade de unidades executoras). • Caso o item de avaliação tenha sido incluído ou editado por leis posteriores que alteraram a versão original do PPA 2026-2029, considerar, na resposta, o processo de elaboração ou revisão adotado em sua revisão. Ou seja, se num primeiro momento o município não considerou o aspecto avaliado na elaboração do PPA inicial, ainda seria possível atender a questão por meio de suas revisões subsequentes. • Fundamento: VAINER, Ari; ALBUQUERQUE, Josélia; GARSON, Sol. Plano plurianual: o passo a passo da elaboração do PPA para municípios: manual de elaboração. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2001. 85 p. (https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/2594). • Evidências esperadas: seções descritivas no PPA que identifiquem o público-alvo de cada programa finalístico; matrizes ou quadros incluídos na estrutura do plano.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças

Questão de Avaliação	Item de Verificação	Questão Auxiliar		Requisitos de Atendimento	Opções de Resposta	Compõe Nota?	Dependência	Resultado quando a condição da dependência não for satisfeita	Interlocutor	Interlocutor substituto
Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV01. Elaboração do PPA	29346	Na formulação (ou revisão) dos programas FINALÍSTICOS do PPA 2026-2029, todos os programas possuem pelo menos um indicador com unidade de medida mensurável e que seja associado ao objetivo previamente definido?	• Cada programa finalístico do PPA deve conter, de forma expressa, pelo menos um indicador de desempenho, com unidade de medida definida e mensurável, e que estejam diretamente vinculados ao objetivo geral do programa. O indicador deve permitir monitorar o alcance do objetivo e possibilitar avaliação de resultados ao longo do tempo. • A vinculação ao objetivo geral pressupõe que o indicador se refira ao mesmo público ou à mesma dimensão de resultado expressos no objetivo do programa (ex.: se o objetivo descreve resultado pretendido para os beneficiários diretos do programa, o indicador deve mensurar esse mesmo grupo, e não outro público ou etapa do processo de execução). • Caso o item de avaliação tenha sido incluído ou editado por leis posteriores que alteraram a versão original do PPA 2026-2029, considerar, na resposta, o processo de elaboração ou revisão adotado em sua revisão. Ou seja, se num primeiro momento o município não considerou o aspecto avaliado na elaboração do PPA inicial, ainda seria possível atender a questão por meio de suas revisões subsequentes. • Fundamento: VAINER, Ari; ALBUQUERQUE, Josélia; GARSON, Sol. Plano plurianual: o passo a passo da elaboração do PPA para municípios: manual de elaboração. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2001. 85 p. (https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/2594). • Evidências esperadas: matrizes, tabelas ou quadros no PPA que identifiquem os indicadores de desempenho vinculados aos objetivos.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV01. Elaboração do PPA	29347	Na formulação (ou revisão) dos programas FINALÍSTICOS do PPA 2026-2029, todos os indicadores de desempenho estabelecem seu índice mais recente e o índice desejado ao final do programa?	• O Município deve dispor, para cada indicador de desempenho vinculado aos programas finalísticos do PPA, de dois elementos: - o índice mais recente disponível (linha de base), com fonte de dados confiável; - o índice desejado ao final do período de vigência do programa, definido como meta. Essa estrutura é essencial para possibilitar o acompanhamento e avaliação dos resultados planejados. • Caso o item de avaliação tenha sido incluído ou editado por leis posteriores que alteraram a versão original do PPA 2026-2029, considerar, na resposta, o processo de elaboração ou revisão adotado em sua revisão. Ou seja, se num primeiro momento o município não considerou o aspecto avaliado na elaboração do PPA inicial, ainda seria possível atender a questão por meio de suas revisões subsequentes. • Fundamento: VAINER, Ari; ALBUQUERQUE, Josélia; GARSON, Sol. Plano plurianual: o passo a passo da elaboração do PPA para municípios: manual de elaboração. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2001. 85 p. (https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/2594). • Evidências esperadas: matrizes, tabelas ou quadros no PPA que estabeleçam as metas, por indicador, com linha de base e metas finais.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças

Questão de Avaliação	Item de Verificação	Questão Auxiliar		Requisitos de Atendimento	Opções de Resposta	Compõe Nota?	Dependência	Resultado quando a condição da dependência não for satisfeita	Interlocutor	Interlocutor substituto
Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV01. Elaboração do PPA	29348	Na formulação (ou revisão) das ações integrantes dos programas FINALÍSTICOS e NÃO FINALÍSTICOS do PPA 2026-2029, todas elas definem quais serão os órgãos ou unidades responsáveis e os órgãos ou unidades participantes de cada ação?	- O Município deve identificar, para cada ação integrante dos programas finalísticos e de apoio administrativo do PPA: - o órgão ou unidade responsável pela sua execução direta; - os órgãos ou unidades participantes, quando houver corresponsabilidades ou apoio técnico-administrativo. Essa definição deve estar documentada de forma explícita, com base nas competências institucionais. - Caso o item de avaliação tenha sido incluído ou editado por leis posteriores que alteraram a versão original do PPA 2026-2029, considerar, na resposta, o processo de elaboração ou revisão adotado em sua revisão. Ou seja, se num primeiro momento o município não considerou o aspecto avaliado na elaboração do PPA inicial, ainda seria possível atender a questão por meio de suas revisões subsequentes. - Fundamento: VAINER, Ari; ALBUQUERQUE, Josélia; GARSON, Sol. Plano plurianual: o passo a passo da elaboração do PPA para municípios: manual de elaboração. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2001. 85 p. (https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/2594). - Evidências esperadas: matrizes, tabelas ou quadros no PPA que indiquem as unidades responsáveis e participantes por ação.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV01. Elaboração do PPA	29349	Na formulação (ou revisão) das ações integrantes dos programas FINALÍSTICOS do PPA 2026-2029, todas elas descrevem os produtos (bens ou serviços) a serem entregues como resultado dessas ações?	- O produto deve corresponder a uma entrega concreta e contável (bem ou serviço discreto), e não à mera repetição da ação em outras palavras. Como parâmetro de verificação, a descrição do produto deve ser expressa por substantivo que identifique o resultado entregue (ex.: "unidade de saúde construída", "servidores capacitados", "refeições fornecidas"), e não pela repetição do verbo de processo da própria ação (ex.: "capacitação realizada" como produto de uma ação de "realizar capacitação"). - Caso o item de avaliação tenha sido incluído ou editado por leis posteriores que alteraram a versão original do PPA 2026-2029, considerar, na resposta, o processo de elaboração ou revisão adotado em sua revisão. Ou seja, se num primeiro momento o município não considerou o aspecto avaliado na elaboração do PPA inicial, ainda seria possível atender a questão por meio de suas revisões subsequentes. - Fundamento: VAINER, Ari; ALBUQUERQUE, Josélia; GARSON, Sol. Plano plurianual: o passo a passo da elaboração do PPA para municípios: manual de elaboração. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2001. 85 p. (https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/2594). - Evidências esperadas: matrizes, tabelas ou quadros vinculados aos programas, contendo a descrição detalhada das ações e dos produtos a serem entregues.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças

Questão de Avaliação	Item de Verificação	Questão Auxiliar		Requisitos de Atendimento	Opções de Resposta	Compõe Nota?	Dependência	Resultado quando a condição da dependência não for satisfeita	Interlocutor	Interlocutor substituto
Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV01. Elaboração do PPA	29350	Na formulação (ou revisão) das ações integrantes dos programas FINALÍSTICOS do PPA 2026-2029, todas elas definem a unidade de medida dos produtos a serem entregues em cada ação?	• Todas as ações integrantes dos programas finalísticos do PPA devem possuir, de forma explícita, a unidade de medida dos produtos a serem entregues, expressa de forma quantitativa e auditável. A unidade deve ser compatível com a natureza do produto e adequada ao seu monitoramento (ex.: metros quadrados pavimentados, unidades habitacionais construídas, número de vacinas aplicadas, número de refeições fornecidas aos alunos). • Caso o item de avaliação tenha sido incluído ou editado por leis posteriores que alteraram a versão original do PPA 2026-2029, considerar, na resposta, o processo de elaboração ou revisão adotado em sua revisão. Ou seja, se num primeiro momento o município não considerou o aspecto avaliado na elaboração do PPA inicial, ainda seria possível atender a questão por meio de suas revisões subsequentes. • Fundamento: VAINER, Ari; ALBUQUERQUE, Josélia; GARSON, Sol. Plano plurianual: o passo a passo da elaboração do PPA para municípios: manual de elaboração. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2001. 85 p. (https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/2594). • Evidências esperadas: matrizes, tabelas ou quadros vinculados aos programas, contendo as unidades de medidas dos produtos (bens e serviços) a serem entregues pelas ações planejadas.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV01. Elaboração do PPA	29351	Na formulação (ou revisão) das ações integrantes dos programas FINALÍSTICOS do PPA 2026-2029, todas elas estabelecem as metas físicas dos produtos a serem entregues por cada ação de forma clara para cada ano de vigência do Plano?	• O Município deve apresentar, para cada ação do PPA, as metas físicas anuais referentes aos produtos a serem entregues, compatíveis com a unidade de medida estabelecida para o produto da ação. • Caso o item de avaliação tenha sido incluído ou editado por leis posteriores que alteraram a versão original do PPA 2026-2029, considerar, na resposta, o processo de elaboração ou revisão adotado em sua revisão. Ou seja, se num primeiro momento o município não considerou o aspecto avaliado na elaboração do PPA inicial, ainda seria possível atender a questão por meio de suas revisões subsequentes. • Fundamento: VAINER, Ari; ALBUQUERQUE, Josélia; GARSON, Sol. Plano plurianual: o passo a passo da elaboração do PPA para municípios: manual de elaboração. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2001. 85 p. (https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/2594). • Evidências esperadas: matrizes, tabelas ou quadros vinculados aos programas, contendo as metas físicas anuais referentes aos produtos a serem entregues, compatíveis com a unidade de medida estabelecida para o produto da ação.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças

Questão de Avaliação	Item de Verificação	Questão Auxiliar		Requisitos de Atendimento	Opções de Resposta	Compõe Nota?	Dependência	Resultado quando a condição da dependência não for satisfeita	Interlocutor	Interlocutor substituto
Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV01. Elaboração do PPA	29352	Na validação dos programas propostos para o PPA 2026-2029, o responsável pela coordenação do PPA avalia a compatibilidade das propostas orçamentárias das secretarias com os recursos disponibilizados para cada secretaria?	• O responsável pela coordenação do PPA deve ter realizado uma análise formal da compatibilidade entre os gastos previstos nos programas setoriais e os limites de recursos definidos para cada órgão ou entidade da administração. Essa avaliação deve considerar os tetos orçamentários previamente estabelecidos, a projeção de receitas, os compromissos financeiros existentes e as prioridades de governo. • Caso o item de avaliação tenha sido incluído ou editado por leis posteriores que alteraram a versão original do PPA 2026-2029, considerar, na resposta, o processo de elaboração ou revisão adotado em sua revisão. Ou seja, se num primeiro momento o município não considerou o aspecto avaliado na elaboração do PPA inicial, ainda seria possível atender a questão por meio de suas revisões subsequentes. • Fundamento: VAINER, Ari; ALBUQUERQUE, Josélia; GARSON, Sol. Plano plurianual: o passo a passo da elaboração do PPA para municípios: manual de elaboração. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2001. 85 p. (https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/2594). • Evidências esperadas: quadros comparativos entre propostas de gastos e os limites setoriais estabelecidos; registros de devolutivas às secretarias ou documentos internos que demonstrem o controle e a coerência entre a estimativa de despesas e os recursos planejados.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV01. Elaboração do PPA	29353	Os programas estabelecidos para a Educação no Plano Plurianual vigente estão alinhados com as metas e estratégias estabelecidas pelo Plano Municipal de Educação?	• Os programas relacionados à área da Educação constantes do Plano Plurianual vigente devem estar formalmente vinculados às metas e estratégias previstas no Plano Municipal de Educação (PME) vigente à época da elaboração do PPA. Esse alinhamento deve estar documentado por meio de análise técnica que relacione os objetivos, metas, ações e indicadores dos programas do PPA às disposições do PME. • Caso o item de avaliação tenha sido incluído ou editado por leis posteriores que alteraram a versão original do PPA 2026-2029, considerar, na resposta, o processo de elaboração ou revisão adotado em sua revisão. Ou seja, se num primeiro momento o município não considerou o aspecto avaliado na elaboração do PPA inicial, ainda seria possível atender a questão por meio de suas revisões subsequentes. • Evidências esperadas: anexo integrante do PPA que contenha quadros, matrizes ou outras formas de demonstração objetiva da correlação entre os programas e metas do PPA e as metas e estratégias do PME.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV01. Elaboração do PPA	29354	A Lei Orgânica do Município fixa prazo para elaboração do Plano Municipal de Saúde (PMS) que antecede ou coincide com o prazo de elaboração do Plano Plurianual (PPA)?	• A Lei Orgânica vigente deve estabelecer, de forma expressa, o prazo para elaboração do Plano Municipal de Saúde (PMS) e que esse prazo antecede ou coincide com o prazo fixado para a elaboração do Plano Plurianual (PPA), de modo a possibilitar que as diretrizes e metas do PMS possam subsidiar, de maneira tempestiva, a formulação dos programas de governo no PPA. • Obs.: a resposta a esta questão tem o objetivo exclusivamente informativo e não influenciará na pontuação obtida pelo Município na avaliação.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	NÃO	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças

Questão de Avaliação	Item de Verificação	Questão Auxiliar		Requisitos de Atendimento	Opções de Resposta	Compõe Nota?	Dependência	Resultado quando a condição da dependência não for satisfeita	Interlocutor	Interlocutor substituto
Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV01. Elaboração do PPA	29355	Os programas estabelecidos para a Saúde no Plano Plurianual vigente estão alinhados com os objetivos e metas estabelecidas no Plano Municipal de Saúde?	- Os programas relacionados à área da Saúde constantes do Plano Plurianual vigente devem estar formalmente vinculados às metas e estratégias previstas no Plano Municipal de Saúde (PMS), vigente à época da elaboração do PPA. Esse alinhamento deve estar documentado por meio de análise técnica que relacione os objetivos, metas, ações e indicadores dos programas do PPA às disposições do PMS. - Caso o item de avaliação tenha sido incluído ou editado por leis posteriores que alteraram a versão original do PPA 2026-2029, considerar, na resposta, o processo de elaboração ou revisão adotado em sua revisão. Ou seja, se num primeiro momento o município não considerou o aspecto avaliado na elaboração do PPA inicial, ainda seria possível atender a questão por meio de suas revisões subsequentes. - Evidências esperadas: anexo integrante do PPA que contenha quadros, matrizes ou outras formas de demonstração objetiva da correlação entre os programas e metas do PPA e as metas e estratégias do PMS.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV01. Elaboração do PPA	29356	A Lei Orgânica do Município fixa prazo para elaboração do Plano Municipal de Assistência Social (PMAS) que antecede ou coincide com o prazo de elaboração do Plano Plurianual (PPA)?	- A Lei Orgânica vigente deve estabelecer, de forma expressa, o prazo para elaboração do Plano Municipal de Assistência Social (PMAS) e que esse prazo antecede ou coincide com o prazo fixado para a elaboração do Plano Plurianual (PPA), de modo a possibilitar que as diretrizes e metas do PMAS possam subsidiar, de maneira tempestiva, a formulação dos programas de governo no PPA. - Obs.: a resposta a esta questão tem o objetivo exclusivamente informativo e não influenciará na pontuação obtida pelo Município na avaliação.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	NÃO	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV01. Elaboração do PPA	29357	Os programas estabelecidos para a Assistência Social no Plano Plurianual vigente estão alinhados com os objetivos e metas estabelecidas no Plano Municipal de Assistência Social?	- Os programas relacionados à área da Assistência Social constantes do Plano Plurianual vigente devem estar formalmente vinculados às metas e estratégias previstas no Plano Municipal de Assistência Social (PMAS), vigente à época da elaboração do PPA. Esse alinhamento deve estar documentado por meio de análise técnica que relacione os objetivos, metas, ações e indicadores dos programas do PPA às disposições do PMAS. - Caso o item de avaliação tenha sido incluído ou editado por leis posteriores que alteraram a versão original do PPA 2026-2029, considerar, na resposta, o processo de elaboração ou revisão adotado em sua revisão. Ou seja, se num primeiro momento o município não considerou o aspecto avaliado na elaboração do PPA inicial, ainda seria possível atender a questão por meio de suas revisões subsequentes. - Evidências esperadas: anexo integrante do PPA que contenha quadros, matrizes ou outras formas de demonstração objetiva da correlação entre os programas e metas do PPA e as metas e estratégias do PMAS.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças

Questão de Avaliação	Item de Verificação	Questão Auxiliar		Requisitos de Atendimento	Opções de Resposta	Compõe Nota?	Dependência	Resultado quando a condição da dependência não for satisfeita	Interlocutor	Interlocutor substituto
Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV02. Monitoramento, avaliação e revisão do PPA	29358	A lei que institui o PPA 2026-2029 disciplina as situações em que o Poder Executivo municipal pode promover, por ato próprio e sem necessidade de lei específica, alterações de natureza gerencial no PPA?	- A lei que institui o PPA deve conter dispositivo expresso autorizando o Poder Executivo a promover, por ato próprio, alterações de natureza gerencial — tais como adequação de valor global do programa, vinculações entre ações e programas, revisão de metas e indicadores, e investimentos plurianuais — nos termos do item 33 da NT nº 37/2025-CGF/TCEPR. - O dispositivo não pode autorizar, por ato próprio, a criação, exclusão ou descaracterização de programas finalísticos, hipóteses que permanecem sujeitas a projeto de lei específico (item 34 da NT nº 37/2025). - Não atende a indicação de dispositivo que exija, para qualquer alteração, edição de lei específica, da LDO, da LOA ou de créditos adicionais, por não caracterizar autorização de ato próprio do Executivo. - Caso o item tenha sido incluído ou editado por leis posteriores que alteraram a versão original do PPA 2026-2029, considerar, na resposta, o processo de elaboração ou revisão adotado em sua revisão. Ou seja, se num primeiro momento o município não considerou o aspecto avaliado na elaboração do PPA inicial, ainda seria possível atender a questão por meio de suas revisões subsequentes. - Fundamentos: itens 33 e 34 da NT nº 37/2025-CGF/TCEPR.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV02. Monitoramento, avaliação e revisão do PPA	29359	Informe qual é o número da lei do PPA 2026-2029 e quais são os artigos que disciplinam as situações em que o Poder Executivo municipal pode promover, por ato próprio e sem necessidade de lei específica, alterações de natureza gerencial no PPA.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(29358 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV02. Monitoramento, avaliação e revisão do PPA	29360	O Município possui manual próprio que estabelece a periodicidade, os fluxos, os prazos e os responsáveis pelo monitoramento, avaliação e revisão do Plano Plurianual?	- O Município deve dispor de manual institucionalizado que contemple, no mínimo, para cada uma das atividades de monitoramento, avaliação e revisão: (i) periodicidade; (ii) responsabilidades das unidades envolvidas; (iii) cronograma das etapas, notadamente quanto à coleta de informações; e (iv) forma de apresentação dos resultados, nos termos dos Apêndices IV, VI e VIII da NT nº 37/2025-CGF/TCEPR. - O manual pode ser único ou segregado por atividade (monitoramento, avaliação, revisão), nos termos do item 39 da NT nº 37/2025-CGF/TCEPR. - Não atende documento que se limite a tratar de alterações orçamentárias ou que reproduza, sem adaptação à realidade institucional do município, manual de outro ente federado ou que o apresente de maneira apenas conceitual, sem caráter orientativo e operacional.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV02. Monitoramento, avaliação e revisão do PPA	29361	Anexe o documento que contenha o manual de monitoramento, avaliação e revisão do PPA.	Caso os manuais estejam organizados em volumes distintos, anexe todos os volumes correspondentes.	ANEXO	NÃO	(29360 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças

Questão de Avaliação	Item de Verificação	Questão Auxiliar		Requisitos de Atendimento	Opções de Resposta	Compõe Nota?	Dependência	Resultado quando a condição da dependência não for satisfeita	Interlocutor	Interlocutor substituto
Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV02. Monitoramento, avaliação e revisão do PPA	29362	O Município disponibiliza em seu site e/ou portal da transparência o manual de monitoramento, avaliação e revisão do PPA?	- O manual referido na questão anterior deve estar publicado no site oficial e/ou portal da transparência, com acesso irrestrito ao público. - Caso os manuais estejam organizados em volumes distintos, todos devem estar públicos e disponíveis no mesmo local.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(29360 == "SIM")	NÃO	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV02. Monitoramento, avaliação e revisão do PPA	29363	Informe o endereço eletrônico (link) do site oficial e/ou portal da transparência que contenha o manual de monitoramento, avaliação e revisão do PPA.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(29362 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV02. Monitoramento, avaliação e revisão do PPA	29364	O município possui designação formal de instância ou equipe técnica responsável pelo monitoramento, avaliação e revisão do PPA vigente?	- O Município deve dispor de ato formal de designação (decreto, portaria, instrução normativa ou instrumento equivalente) que atribua a responsabilidade pelo monitoramento, avaliação e revisão do Plano Plurianual (PPA) a uma instância específica, setor, comissão ou equipe técnica da administração. - O documento deve indicar de forma clara: – O nome ou estrutura da instância designada (ex.: unidade da Secretaria de Planejamento); – As competências relacionadas ao acompanhamento do PPA; – A vigência da designação, quando aplicável.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV02. Monitoramento, avaliação e revisão do PPA	29365	Anexe o ato normativo municipal que designou formalmente a instância responsável pelo monitoramento, avaliação e revisão dos programas estabelecidos no Plano Plurianual vigente.	-	ANEXO	NÃO	(29364 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV02. Monitoramento, avaliação e revisão do PPA	29366	O Município elabora e publica, ao menos uma vez ao ano, relatório de monitoramento do Plano Plurianual (PPA)?	- O relatório deve conter, no mínimo: (i) o acompanhamento da evolução do cenário fiscal de referência do PPA, comparando-o com o cenário fiscal projetado na elaboração ou na última revisão do plano; (ii) para cada programa do PPA, o nível de alcance dos indicadores e metas vinculados ao seu objetivo geral; e (iii) para cada ação do PPA, o nível de alcance das metas físicas e financeiras, as restrições ou dificuldades identificadas, quando houver, e as providências propostas para sua superação, quando aplicável. - Esta questão se refere exclusivamente ao monitoramento anual do PPA. A avaliação dos programas finalísticos é tratada em questão auxiliar própria, com periodicidade distinta — a ausência de relatório de avaliação em determinado exercício não afeta a resposta a esta questão, desde que o relatório de monitoramento daquele exercício tenha sido elaborado e publicado. - Não atende documento que se limite a tratar de matéria orçamentária estranha ao PPA. - Fundamento: itens 17 a 23 da Nota Técnica nº 37/2025-CGF/TCEPR.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças

Questão de Avaliação	Item de Verificação	Questão Auxiliar		Requisitos de Atendimento	Opções de Resposta	Compõe Nota?	Dependência	Resultado quando a condição da dependência não for satisfeita	Interlocutor	Interlocutor substituto
Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV02. Monitoramento, avaliação e revisão do PPA	29367	Anexe o documento que contenha o último relatório de monitoramento do Plano Plurianual (PPA).	-	ANEXO	NÃO	(29366 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV02. Monitoramento, avaliação e revisão do PPA	29368	Os relatórios de monitoramento do PPA são divulgados no site do Município?	• O Município deve demonstrar que divulga em seu site oficial os relatórios de monitoramento (PPA), garantindo o acesso público à informação. • A publicação deve ocorrer em área de fácil navegação, sem exigência de login, e conter os relatórios na íntegra, com identificação do exercício a que se referem. • Fundamentos: seção 2.6 do Guia de Gestão do PPA Municipal — SEPLAN-26, e item 22 da Nota Técnica nº 37/2025-CGF/TCEPR.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(29366 == "SIM")	NÃO	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV02. Monitoramento, avaliação e revisão do PPA	29369	Informe o endereço eletrônico (link) do site oficial que contenha os relatórios de monitoramento do PPA.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(29368 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV02. Monitoramento, avaliação e revisão do PPA	29370	O Município já realizou e emitiu relatório de avaliação dos programas finalísticos do Plano Plurianual (PPA) 2026-2029?	• Considera-se atendida a questão quando o Município comprovar a realização de ao menos uma avaliação dos programas finalísticos do PPA 2026-2029 até o exercício de referência da resposta. • Conforme a NT nº 37/2025-CGF/TCEPR, recomenda-se a realização de, no mínimo, duas avaliações ao longo dos quatro anos de vigência do PPA. Em razão dessa periodicidade, é esperado que, no exercício de 2026, a resposta seja "NÃO". • No exercício de 2026, a resposta a esta questão não compõe a avaliação global do Município, qualquer que seja seu teor. • A partir de 2027, a resposta a esta questão passa a compor normalmente a avaliação global do Município. • Fundamento: itens 24 a 30 da Nota Técnica nº 37/2025-CGF/TCEPR e seção 3.2.1 do Guia de Gestão do PPA Municipal — SEPLAN-26.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	NÃO	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV02. Monitoramento, avaliação e revisão do PPA	29371	Anexe o documento que contenha o relatório de avaliação dos programas finalísticos do PPA 2026-2029.	-	ANEXO	NÃO	(29370 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV02. Monitoramento, avaliação e revisão do PPA	29372	Os relatórios de avaliação do PPA são divulgados no site do Município?	• O Município deve demonstrar que divulga em seu site oficial os relatórios de avaliação dos programas finalísticos do PPA, garantindo o acesso público à informação. • A publicação deve ocorrer em área de fácil navegação, sem exigência de login, e conter os relatórios na íntegra, com identificação do exercício e do eixo de avaliação a que se referem (desenho, governança, implementação ou resultados). • Fundamentos: seção 2.6 do Guia de Gestão do PPA Municipal — SEPLAN-26, e item 29 da Nota Técnica nº 37/2025-CGF/TCEPR.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(29370 == "SIM")	NÃO	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças

Questão de Avaliação	Item de Verificação	Questão Auxiliar		Requisitos de Atendimento	Opções de Resposta	Compõe Nota?	Dependência	Resultado quando a condição da dependência não for satisfeita	Interlocutor	Interlocutor substituto
Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV02. Monitoramento, avaliação e revisão do PPA	29373	Informe o endereço eletrônico (link) do site oficial que contenha os relatórios de avaliação do PPA.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(29372 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV02. Monitoramento, avaliação e revisão do PPA	29374	O órgão gestor da Assistência Social (ex.: Secretaria municipal de Assistência Social) participa formalmente das etapas de monitoramento e avaliação do PPA vigente?	O Município deve ter contado com a participação efetiva do órgão gestor da Assistência Social (ex.: Secretaria municipal de Assistência Social) no processo de monitoramento e avaliação do PPA, por meio de consultas, reuniões, oficinas ou envio formal de informações. Essa participação deve estar documentada e ocorrer de forma articulada com o setor de planejamento orçamentário, reforçando a corresponsabilidade na gestão do plano.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV02. Monitoramento, avaliação e revisão do PPA	29375	A Secretaria de Educação participa formalmente das etapas de monitoramento e avaliação do PPA vigente?	O Município deve ter contado com a participação efetiva da Secretaria de Educação no processo de monitoramento e avaliação do PPA, por meio de consultas, reuniões, oficinas ou envio formal de informações. Essa participação deve estar documentada e ocorrer de forma articulada com o setor de planejamento orçamentário, reforçando a corresponsabilidade na gestão do plano.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV02. Monitoramento, avaliação e revisão do PPA	29376	A Secretaria de Saúde participa formalmente das etapas de monitoramento e avaliação do PPA vigente?	O Município deve ter contado com a participação efetiva da Secretaria de Saúde no processo de monitoramento e avaliação do PPA, por meio de consultas, reuniões, oficinas ou envio formal de informações. Essa participação deve estar documentada e ocorrer de forma articulada com o setor de planejamento orçamentário, reforçando a corresponsabilidade na gestão do plano.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV02. Monitoramento, avaliação e revisão do PPA	29377	O Município utiliza ferramenta — painel de BI (Business Intelligence) ou planilha eletrônica — para o acompanhamento da execução física e orçamentária dos programas, ações e metas do Plano Plurianual (PPA)?	- O Município deve demonstrar que utiliza ferramenta própria — informatizada (ex.: Business Intelligence) ou em planilha eletrônica (ex.: Excel) — voltada ao acompanhamento da execução do PPA, que permita visualizar, ao menos, o quantitativo e o percentual de metas planejadas e atingidas e a execução orçamentária por programa ou ação. - A atualização dos dados deve ocorrer com periodicidade compatível com a rotina de monitoramento do Município, observado o intervalo máximo de um ano entre atualizações. Não se exige atualização automática ou em tempo real. - Não atende a indicação de ferramenta de terceiro sobre a qual o Município não detenha gestão (ex.: painéis públicos disponibilizados pelo Tribunal de Contas ou por outro ente). - A natureza da ferramenta (informatizada ou em planilha eletrônica) é verificada na questão auxiliar subsequente.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV02. Monitoramento, avaliação e revisão do PPA	29378	A ferramenta utilizada para o acompanhamento da execução física e orçamentária dos programas, ações e metas do Plano Plurianual (PPA) é um painel de Business Intelligence (BI) de gestão própria do Município?	- Responder "SIM" caso a ferramenta informada seja solução de Business Intelligence (BI) de gestão e alimentação próprias do Município. - Responder "NÃO" caso a ferramenta informada seja planilha eletrônica própria do Município. - A resposta "NÃO" direciona a evidenciação para a questão auxiliar de anexo da planilha eletrônica.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	NÃO	(29377 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças

Questão de Avaliação	Item de Verificação	Questão Auxiliar		Requisitos de Atendimento	Opções de Resposta	Compõe Nota?	Dependência	Resultado quando a condição da dependência não for satisfeita	Interlocutor	Interlocutor substituto
Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV02. Monitoramento, avaliação e revisão do PPA	29379	Informe o endereço eletrônico (link) do site que demonstre a disponibilização da ferramenta própria de Business Intelligence (BI).	• Informar o endereço eletrônico (link) que permita o acesso público à ferramenta de Business Intelligence (BI) própria do Município, referida na questão anterior. • O link deve conduzir diretamente à ferramenta ou a página que a disponibilize, sem exigência de cadastro, login ou autenticação para visualização.	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(29378 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q01. Plano Plurianual (PPA)	IV02. Monitoramento, avaliação e revisão do PPA	29380	Anexe a planilha eletrônica que demonstre a utilização da solução.	• Anexar a planilha eletrônica própria do Município utilizada para o acompanhamento da execução física e orçamentária dos programas, ações e metas do PPA, referida anteriormente. • A planilha deve permitir identificar, ao menos, o quantitativo e o percentual de metas planejadas e atingidas e a execução orçamentária por programa ou ação.	ANEXO	NÃO	(29378 == "NAO")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q02. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)	IV03. Elaboração e gestão da LDO e LOA	29381	O Município disponibiliza em seu site oficial e/ou no portal da transparência a lei consolidada e atualizada referente à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) vigente e seus anexos?	• O Município deve demonstrar que a LDO vigente está publicada no site oficial e/ou no portal da transparência, em local de acesso público e sem exigência de cadastro, login ou autenticação. • A versão disponibilizada deve permitir a identificação inequívoca de todas as alterações legislativas realizadas, mediante (i) compilação em texto único, ou (ii) indicação expressa — em nota, legenda, anexo ou destaque visual das partes alteradas — das leis modificadoras requisito (requisito aplicável apenas caso tenha ocorrido alterações legislativas).	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q02. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)	IV03. Elaboração e gestão da LDO e LOA	29382	Informe o endereço eletrônico (link) do site oficial ou do portal da transparência que demonstre a publicação da LDO vigente com os seus respectivos anexos.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(29381 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q02. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)	IV03. Elaboração e gestão da LDO e LOA	29383	Anexe o documento que contenha a lei consolidada e atualizada referente à LDO vigente junto a seus respectivos anexos.	-	ANEXO	NÃO	(29381 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q02. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)	IV03. Elaboração e gestão da LDO e LOA	29384	O Município disponibiliza em seu site oficial ou no portal da transparência a lei consolidada e atualizada referente à Lei Orçamentária Anual (LOA) vigente e seus anexos?	• O Município deve demonstrar que a LOA vigente está publicada no site oficial e/ou no portal da transparência, em local de acesso público e sem exigência de cadastro, login ou autenticação, com conteúdo completo e atualizado. • A versão disponibilizada deve permitir a identificação inequívoca de todas as alterações legislativas realizadas, mediante (i) compilação em texto único, ou (ii) indicação expressa — em nota, legenda, anexo ou destaque visual das partes alteradas — das leis modificadoras (requisito aplicável apenas caso tenha ocorrido alterações legislativas).	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q02. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)	IV03. Elaboração e gestão da LDO e LOA	29385	Informe o endereço eletrônico (link) do site oficial ou do portal da transparência que demonstre a publicação da LOA vigente com os seus respectivos anexos.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(29384 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças

Questão de Avaliação	Item de Verificação	Questão Auxiliar		Requisitos de Atendimento	Opções de Resposta	Compõe Nota?	Dependência	Resultado quando a condição da dependência não for satisfeita	Interlocutor	Interlocutor substituto
Q02. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)	IV03. Elaboração e gestão da LDO e LOA	29386	Anexe o documento que contenha a lei consolidada e atualizada referente à LOA vigente junto a seus respectivos anexos.	-	ANEXO	NÃO	(29384 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q02. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)	IV03. Elaboração e gestão da LDO e LOA	29387	O Município possui manual próprio que estabelece a forma como deve ser elaborada a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), contendo, no mínimo, fluxos ou fluxogramas, prazos e responsáveis por cada etapa?	- O Município deve demonstrar que possui um manual institucionalizado próprio que oriente de forma clara como deve ocorrer o processo de elaboração da LDO. - Esse documento deve conter, no mínimo: – Um fluxo ou fluxograma com as etapas ou fases do processo; – A definição de prazos ou periodicidade das atividades; – A indicação dos responsáveis por cada etapa, com a atribuição clara de competências às unidades ou órgãos envolvidos; – Indicação dos instrumentos utilizados para o acompanhamento, como painéis de indicadores e relatórios gerenciais. - Não atende o documento que se limite a reproduzir o conteúdo da própria LDO, ou que a apresente de maneira apenas conceitual, sem caráter orientativo e operacional do processo de elaboração. - O manual deve, quando aplicável, orientar a adequação dos anexos obrigatórios da LDO (Metas Fiscais e Riscos Fiscais) às alterações decorrentes da Reforma Tributária (EC nº 132/2023).	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q02. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)	IV03. Elaboração e gestão da LDO e LOA	29388	Anexe o documento que contenha o manual de elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).	Caso o mesmo manual contemple conjuntamente a LDO e a LOA, o Município pode anexar o mesmo documento nesta questão e na questão correspondente relativa à LOA.	ANEXO	NÃO	(29387 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q02. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)	IV03. Elaboração e gestão da LDO e LOA	29389	O Município disponibiliza em seu site oficial e/ou no portal da transparência o manual de elaboração da LDO?	- O manual referido na questão anterior deve estar publicado no site oficial e/ou no portal da transparência, em local de acesso público e sem exigência de cadastro, login ou autenticação. - A versão publicada deve corresponder ao manual vigente, compatível com o conteúdo mínimo exigido na questão auxiliar anterior. - Caso o Município disponha de manual único que trate conjuntamente da LDO e da LOA, a publicação desse documento é suficiente para responder esta questão e a questão correspondente relativa à LDO.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(29387 == "SIM")	NÃO	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q02. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)	IV03. Elaboração e gestão da LDO e LOA	29390	Informe o endereço eletrônico (link) do site oficial e/ou do portal da transparência que contenha o manual de elaboração da LDO.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(29389 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças

Questão de Avaliação	Item de Verificação	Questão Auxiliar		Requisitos de Atendimento	Opções de Resposta	Compõe Nota?	Dependência	Resultado quando a condição da dependência não for satisfeita	Interlocutor	Interlocutor substituto
Q02. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)	IV03. Elaboração e gestão da LDO e LOA	29391	O Município possui manual próprio que estabelece a forma como deve ser elaborada a Lei Orçamentária Anual (LOA), contendo, no mínimo, fluxos ou fluxogramas, prazos e responsáveis por cada etapa?	• O Município deve demonstrar que possui um manual institucionalizado próprio que oriente de forma clara como deve ocorrer o processo de elaboração da LOA. • Esse documento deve conter, no mínimo: – Um fluxo ou fluxograma com as etapas ou fases do processo; – A definição de prazos ou periodicidade das atividades; – A indicação dos responsáveis por cada etapa, com a atribuição clara de competências às unidades ou órgãos envolvidos; – Indicação dos instrumentos utilizados para o acompanhamento, como painéis de indicadores e relatórios gerenciais. • Não atende o documento que se limite a reproduzir o conteúdo da própria LOA, ou que a apresente de maneira apenas conceitual, sem caráter orientativo e operacional do processo de elaboração. • O manual deve, quando aplicável, orientar a adequação da metodologia de estimativa de receita e da classificação orçamentária às alterações decorrentes da Reforma Tributária (EC nº 132/2023).	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q02. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)	IV03. Elaboração e gestão da LDO e LOA	29392	Anexe o documento que contenha o manual de elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA).	Caso o mesmo manual contemple conjuntamente a LDO e a LOA, o Município pode anexar o mesmo documento nesta questão e na questão correspondente relativa à LDO.	ANEXO	NÃO	(29391 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q02. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)	IV03. Elaboração e gestão da LDO e LOA	29393	O Município disponibiliza em seu site oficial e/ou no portal da transparência o manual de elaboração da LOA?	• O manual referido na questão anterior deve estar publicado no site oficial e/ou no portal da transparência, em local de acesso público e sem exigência de cadastro, login ou autenticação. • A versão publicada deve corresponder ao manual vigente, compatível com o conteúdo mínimo exigido na questão auxiliar anterior. • Caso o Município disponha de manual único que trate conjuntamente da LDO e da LOA, a publicação desse documento é suficiente para responder esta questão e a questão correspondente relativa à LOA.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(29391 == "SIM")	NÃO	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q02. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)	IV03. Elaboração e gestão da LDO e LOA	29394	Informe o endereço eletrônico (link) do site oficial e/ou do portal da transparência que contenha o manual de elaboração da LOA.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(29393 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q02. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)	IV03. Elaboração e gestão da LDO e LOA	29395	O Município promoveu debates, audiências ou consultas públicas durante a elaboração do PLDO 2027?	• O Município deve ter realizado, no processo de elaboração do PLDO, ao menos um debate, audiência pública ou consulta pública aberta à sociedade, cumprindo as exigências legais de participação popular.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q02. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)	IV03. Elaboração e gestão da LDO e LOA	29396	Anexe o documento que contenha as atas dos debates, audiências ou consultas realizadas durante a elaboração do PLDO 2027.	-	ANEXO	NÃO	(29395 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças

Questão de Avaliação	Item de Verificação	Questão Auxiliar		Requisitos de Atendimento	Opções de Resposta	Compõe Nota?	Dependência	Resultado quando a condição da dependência não for satisfeita	Interlocutor	Interlocutor substituto
Q02. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)	IV03. Elaboração e gestão da LDO e LOA	29397	O Município realizou a transmissão dos debates, audiências ou consultas públicas realizadas durante a elaboração do PLDO 2027?	• O Município deve comprovar que transmitiu ao vivo, por canal de comunicação oficial (ex.: YouTube, redes sociais, TV Câmara, site da Prefeitura), as audiências, debates ou consultas públicas referentes à elaboração do PLDO.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(29395 == "SIM")	NÃO	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q02. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)	IV03. Elaboração e gestão da LDO e LOA	29398	Informe os endereços eletrônicos (links) do site oficial de transmissão dos debates, audiências e consultas realizadas para a elaboração do PLDO 2027.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(29397 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q02. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)	IV03. Elaboração e gestão da LDO e LOA	29399	O Município promoveu debates, audiências ou consultas públicas durante a elaboração da PLOA 2027?	• O Município deve ter realizado, no processo de elaboração da PLOA, ao menos um debate, audiência pública ou consulta pública aberta à sociedade, cumprindo as exigências legais de participação popular.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q02. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)	IV03. Elaboração e gestão da LDO e LOA	29400	Anexe o documento que contenha as atas dos debates, audiências ou consultas realizadas durante a elaboração da PLOA 2027.	-	ANEXO	NÃO	(29399 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q02. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)	IV03. Elaboração e gestão da LDO e LOA	29401	O Município realizou a transmissão dos debates, audiências ou consultas públicas realizadas durante a elaboração do PLOA 2027?	• O Município deve comprovar que transmitiu ao vivo, por canal de comunicação oficial (ex.: YouTube, redes sociais, TV Câmara, site da Prefeitura), as audiências, debates ou consultas públicas referentes à elaboração do PLOA.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(29399 == "SIM")	NÃO	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q02. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)	IV03. Elaboração e gestão da LDO e LOA	29402	Informe os endereços eletrônicos (links) do site oficial de transmissão dos debates, audiências e consultas realizadas para a elaboração do PLOA 2027.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(29401 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q02. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)	IV03. Elaboração e gestão da LDO e LOA	29403	O Município, ao definir as metas e prioridades do PLDO 2027, envolveu formalmente os principais atores que participaram da elaboração dos programas finalísticos do PPA 2026-2029 da área de Assistência Social?	O Município deve ter contado com a participação efetiva e formal dos principais responsáveis pela definição dos programas finalísticos da área de Assistência Social no PPA 2026-2029, no processo de definição das metas e prioridades do PLDO 2027.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q02. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)	IV03. Elaboração e gestão da LDO e LOA	29404	O Município, ao definir as metas e prioridades do PLDO 2027, envolveu formalmente os principais atores que participaram da elaboração dos programas finalísticos do PPA 2026-2029 da área de Educação?	O Município deve ter contado com a participação efetiva e formal dos principais responsáveis pela definição dos programas finalísticos da área de Educação no PPA 2026-2029, no processo de definição das metas e prioridades do PLDO 2027.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças

Questão de Avaliação	Item de Verificação	Questão Auxiliar		Requisitos de Atendimento	Opções de Resposta	Compõe Nota?	Dependência	Resultado quando a condição da dependência não for satisfeita	Interlocutor	Interlocutor substituto
Q02. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)	IV03. Elaboração e gestão da LDO e LOA	29405	O Município, ao definir as metas e prioridades do PLDO 2027, envolveu formalmente os principais atores que participaram da elaboração dos programas finalísticos do PPA 2026-2029 da área da Saúde?	O Município deve ter contado com a participação efetiva e formal dos principais responsáveis pela definição dos programas finalísticos da área de Saúde no PPA 2026-2029, no processo de definição das metas e prioridades do PLDO 2027.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q02. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)	IV03. Elaboração e gestão da LDO e LOA	29406	O Município possui metodologia própria instituída para identificar, selecionar e tratar os riscos fiscais a serem evidenciados no Anexo de Riscos Fiscais do PLDO?	- O Município deve dispor de ato normativo ou documento técnico institucional que descreva a metodologia própria utilizada para identificar, classificar, mensurar e tratar os riscos fiscais evidenciados no Anexo de Riscos Fiscais do PLDO. - A metodologia deve contemplar, no mínimo: (i) critérios objetivos para identificação e classificação dos riscos; (ii) responsáveis pela sua execução; e (iii) prazos ou periodicidade de identificação/revisão. - Não atende o documento que se limite a reproduzir o rol de riscos já constante do próprio Anexo de Riscos Fiscais, sem descrever a metodologia empregada para sua identificação e tratamento, ou que o apresente de maneira apenas conceitual, sem caráter orientativo e operacional. - Fundamentos: LRF (LC nº 101/2000), art. 4º, §3º; Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF/STN), 15ª edição — Parte I (Anexo de Riscos Fiscais).	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q02. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)	IV03. Elaboração e gestão da LDO e LOA	29407	Anexe o documento que disponha sobre a metodologia própria instituída para identificar, selecionar e tratar os riscos fiscais evidenciados no Anexo de Riscos Fiscais do PLDO.	-	ANEXO	NÃO	(29406 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q02. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)	IV03. Elaboração e gestão da LDO e LOA	29408	O Município realiza o monitoramento contínuo da exposição aos riscos fiscais identificados no Anexo de Riscos Fiscais da LDO do exercício corrente?	O Município deve acompanhar periodicamente os riscos fiscais identificados no Anexo de Riscos Fiscais, utilizando relatórios ou sistemas de controle e avaliação atualizados ao longo do exercício.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q02. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)	IV03. Elaboração e gestão da LDO e LOA	29409	O Município forneceu nota explicativa ou descreveu, de forma analítica, os riscos identificados no Anexo de Riscos Fiscais do PLDO 2027 a fim de conferi-los um maior detalhamento?	- O PLDO 2027 deve conter nota explicativa ou descrição analítica que apresente os riscos fiscais identificados, contemplando, no mínimo: (i) a probabilidade de ocorrência, admitida escala qualitativa (ex.: alta, média, baixa), não se exigindo estimativa numérica; (ii) o impacto potencial sobre as contas públicas; e (iii) as medidas de mitigação ou contingência previstas. - Não atende a nota que se limite a reproduzir o rol de riscos já constante do Anexo de Riscos Fiscais, sem indicar probabilidade, impacto ou medidas de mitigação para cada risco identificado.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças

Questão de Avaliação	Item de Verificação	Questão Auxiliar		Requisitos de Atendimento	Opções de Resposta	Compõe Nota?	Dependência	Resultado quando a condição da dependência não for satisfeita	Interlocutor	Interlocutor substituto
Q02. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)	IV03. Elaboração e gestão da LDO e LOA	29410	O Município, no Anexo de Riscos Fiscais do PLDO 2027, identificou e avaliou os riscos fiscais decorrentes da implementação da Reforma Tributária (EC nº 132/2023)?	- O Anexo de Riscos Fiscais da PLDO 2027 deve dispor de avaliação dos impactos da Reforma Tributária sobre as finanças municipais, com identificação dos principais riscos e fatores de incerteza que possam afetar a arrecadação, bem como das medidas previstas para monitoramento, mitigação ou adequação da gestão fiscal no período de transição (EC nº 132/2023; LC nº 214/2025; LC nº 227/2026). - Considera-se a questão como atendida, de forma compatível com a realidade fiscal do município, quando o Anexo de Riscos Fiscais contemplar, no que for aplicável: – riscos relacionados à transição do ISS para o IBS; – incertezas quanto ao comportamento da arrecadação durante o período de transição; – possíveis alterações nos mecanismos de repartição de receitas; – impactos decorrentes da regulamentação e operacionalização do novo sistema tributário; – medidas previstas para monitoramento, mitigação ou adequação fiscal diante dos riscos identificados. - Considera-se a questão como NÃO ATENDIDA quando o Anexo não abordar os impactos da Reforma Tributária ou apresentar conteúdo genérico, sem identificação de riscos ou impactos potenciais.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q02. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)	IV03. Elaboração e gestão da LDO e LOA	29411	O Município previu, no PLDO 2027, a ordem de preferência das despesas a serem contingenciadas na hipótese de descumprimento da meta de resultado primário ou nominal?	- O PLDO deve conter dispositivo explícito que defina o critério de contingenciamento de despesas em caso de necessidade de limitação de empenho, mediante (i) ordem de preferência, com sequência ordenada de, no mínimo, duas rubricas ou categorias da primeira à última a ser atingida; ou (ii) contingenciamento proporcional entre rubricas ou categorias previamente determinados, com indicação do percentual ou critério de rateio aplicável a cada um. - Não atende o dispositivo que indique apenas a despesa ou categoria a ser contingenciada em primeiro lugar, sem estabelecer a sequência das demais, nem o dispositivo que se limite a remeter o critério de contingenciamento a ato infralegal futuro, sem definição prévia na própria LDO. - Fundamento: LRF (LC nº 101/2000), art. 9º, §2º.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q02. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)	IV03. Elaboração e gestão da LDO e LOA	29412	Informe o número da lei (ou do projeto de lei) da LDO 2026 e quais são os artigos que preveem a ordem de preferência das despesas a serem contingenciadas na hipótese de descumprimento da meta de resultado primário ou nominal.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(29411 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças

Questão de Avaliação	Item de Verificação	Questão Auxiliar		Requisitos de Atendimento	Opções de Resposta	Compõe Nota?	Dependência	Resultado quando a condição da dependência não for satisfeita	Interlocutor	Interlocutor substituto
Q02. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)	IV03. Elaboração e gestão da LDO e LOA	29413	Para fins de elaboração do PLDO 2027 e da PLOA 2027, a estimativa das receitas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) foi realizada com base em metodologia fundamentada em dados oficiais e projeções atualizadas, de forma a evitar a mera atualização dos valores do exercício anterior?	• O Município deve comprovar que a estimativa das receitas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) que consta no PLDO e no PLOA foi elaborada com base em metodologia própria documentada, apoiada em dados oficiais e projeções atualizadas, e não apenas na simples atualização inflacionária ou repetição de valores do exercício anterior. • Caso a evidência apresentada seja planilha eletrônica, esta deve conter a memória de cálculo com as fórmulas utilizadas de forma explícita e auditável, permitindo a verificação do raciocínio aplicado, e não apenas do resultado. • A metodologia pode considerar, dentre outros aspectos: - Coeficiente anual do FPM divulgado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) para o exercício seguinte; - Estimativas de repasse do FPM publicadas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) ou por entidade oficial equivalente; - Histórico recente de repasses do FPM ao Município, obtido no Sistema de Informações Banco do Brasil – SIBB ou no Portal de Transparência da União; - Projeções macroeconômicas relevantes (ex.: crescimento do PIB, variação da arrecadação federal) divulgadas por órgãos oficiais, como IBGE, Banco Central ou Ministério da Fazenda.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q02. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)	IV03. Elaboração e gestão da LDO e LOA	29414	Anexe o documento ou planilha eletrônica em que conste o cálculo realizado pelo Município para a estimativa das receitas provenientes do FPM.	• O Município deve apresentar o documento ou planilha eletrônica que evidencie o cálculo realizado para a estimativa das receitas provenientes do FPM. • Caso a evidência seja apresentada em formato de documento (PDF ou equivalente), as memórias de cálculo e as fórmulas aplicadas devem constar expressamente do próprio documento, de forma legível e auditável. • Caso a evidência seja apresentada em planilha eletrônica, esta deve conter a memória de cálculo com as fórmulas utilizadas de forma explícita e auditável (não bloqueadas, ocultas ou substituídas por valores fixos), permitindo a verificação do raciocínio aplicado e não apenas do resultado.	ANEXO	NÃO	(29413 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q02. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)	IV03. Elaboração e gestão da LDO e LOA	29415	Para fins de elaboração do PLDO 2027 e da PLOA 2027, a previsão das receitas provenientes do repasse do (ICMS) ao Município foi estimada com base em metodologia que considera o Índice de Participação dos Municípios (IPM) disponibilizado pela Secretaria da Fazenda do Paraná (SEFA-PR)?	• Dispor de metodologia de cálculo documentada na qual fique demonstrado que os índices publicados pela SEFA-PR foram considerados na apuração, ainda que tenha sido utilizada metodologia própria que contemple outros fatores ou índices. • Caso a evidência apresentada seja planilha eletrônica, esta deve conter a memória de cálculo com as fórmulas utilizadas de forma explícita e auditável, permitindo a verificação do raciocínio aplicado, e não apenas do resultado. • Para consulta aos índices, acesse: https://www.fazenda.pr.gov.br/Pagina/IPM-no-ICMS.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q02. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)	IV03. Elaboração e gestão da LDO e LOA	29416	Anexe o documento ou planilha eletrônica em que conste o cálculo realizado pelo Município para a estimativa das receitas provenientes do repasse do ICMS.	• O Município deve apresentar o documento ou planilha eletrônica que evidencie o cálculo realizado para a estimativa das receitas provenientes do repasse do ICMS. • Caso a evidência seja apresentada em formato de documento (PDF ou equivalente), as memórias de cálculo e as fórmulas aplicadas devem constar expressamente do próprio documento, de forma legível e auditável. • Caso a evidência seja apresentada em planilha eletrônica, esta deve conter a memória de cálculo com as fórmulas utilizadas de forma explícita e auditável (não bloqueadas, ocultas ou substituídas por valores fixos), permitindo a verificação do raciocínio aplicado e não apenas do resultado.	ANEXO	NÃO	(29415 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças

Questão de Avaliação	Item de Verificação	Questão Auxiliar		Requisitos de Atendimento	Opções de Resposta	Compõe Nota?	Dependência	Resultado quando a condição da dependência não for satisfeita	Interlocutor	Interlocutor substituto
Q02. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)	IV03. Elaboração e gestão da LDO e LOA	29417	Para fins de elaboração do PLDO 2027 e da PLOA 2027, a previsão das receitas provenientes da arrecadação do IPTU foi calculada com base em estimativa elaborada pelo setor de administração tributária do Município, fundamentada em histórico de arrecadação, eventuais revisões da base de cálculo e alterações legislativas?	• O Município deve comprovar que a previsão das receitas do IPTU constante do PLDO e da PLOA foi calculada a partir de estimativa de arrecadação elaborada pelo setor de administração tributária do Município (ou unidade equivalente), fundamentada em histórico de arrecadação, eventuais revisões da base de cálculo e alterações legislativas. • Caso a evidência apresentada seja planilha eletrônica, esta deve conter a memória de cálculo com as fórmulas utilizadas de forma explícita e auditável, permitindo a verificação do raciocínio aplicado, e não apenas do resultado. • O documento apresentado como evidência deve permitir identificar que foi efetivamente produzido pelo setor de administração tributária (ou unidade equivalente), mediante indicação do órgão emissor, do responsável técnico ou do sistema de origem — não bastando estimativa genérica ou planilha sem identificação de autoria. • Fundamento: LRF (LC nº 101/2000), art. 12.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q02. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)	IV03. Elaboração e gestão da LDO e LOA	29418	Anexe o documento ou planilha eletrônica em que conste o cálculo realizado pelo Município para a estimativa de arrecadação do IPTU.	• O Município deve apresentar o documento ou planilha eletrônica que evidencie o cálculo realizado para a estimativa de arrecadação do IPTU. • Caso a evidência seja apresentada em formato de documento (PDF ou equivalente), as memórias de cálculo e as fórmulas aplicadas devem constar expressamente do próprio documento, de forma legível e auditável. • Caso a evidência seja apresentada em planilha eletrônica, esta deve conter a memória de cálculo com as fórmulas utilizadas de forma explícita e auditável (não bloqueadas, ocultas ou substituídas por valores fixos), permitindo a verificação do raciocínio aplicado e não apenas do resultado.	ANEXO	NÃO	(29417 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q02. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)	IV03. Elaboração e gestão da LDO e LOA	29419	Para fins de elaboração do PLDO 2027 e da PLOA 2027, a previsão das receitas provenientes do FUNDEB foi estimada com base em metodologia que considera o número de matrículas apurado no Censo Escolar realizado pelo Inep/MEC e o valor anual por aluno (VAAF) divulgado pelo FNDE?	• Dispor de metodologia de cálculo documentada na qual fique demonstrado que o número de alunos matriculados nas escolas públicas e conveniadas apurado pelo censo escolar (Inep/MEC) e valor anual por aluno (VAAF) foram considerados na estimativa, ainda que tenha sido utilizada metodologia própria que contemple outros fatores ou índices adicionais. • Caso a evidência apresentada seja planilha eletrônica, esta deve conter a memória de cálculo com as fórmulas utilizadas de forma explícita e auditável, permitindo a verificação do raciocínio aplicado, e não apenas do resultado. • Para consulta, acesse: https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/financiamento/fundeb/consulta.s.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q02. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)	IV03. Elaboração e gestão da LDO e LOA	29420	Anexe o documento ou planilha eletrônica em que conste o cálculo realizado pelo Município para a estimativa das receitas provenientes do FUNDEB.	• O Município deve apresentar o documento ou planilha eletrônica que evidencie o cálculo realizado para a estimativa das receitas provenientes do FUNDEB. • Caso a evidência seja apresentada em formato de documento (PDF ou equivalente), as memórias de cálculo e as fórmulas aplicadas devem constar expressamente do próprio documento, de forma legível e auditável. • Caso a evidência seja apresentada em planilha eletrônica, esta deve conter a memória de cálculo com as fórmulas utilizadas de forma explícita e auditável (não bloqueadas, ocultas ou substituídas por valores fixos), permitindo a verificação do raciocínio aplicado e não apenas do resultado.	ANEXO	NÃO	(29419 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças

Questão de Avaliação	Item de Verificação	Questão Auxiliar		Requisitos de Atendimento	Opções de Resposta	Compõe Nota?	Dependência	Resultado quando a condição da dependência não for satisfeita	Interlocutor	Interlocutor substituto
Q02. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)	IV03. Elaboração e gestão da LDO e LOA	29421	Para fins de elaboração da PLDO 2027 e da PLOA 2027, a fixação das rubricas das despesas com pessoal foi realizada levando em consideração as previsões da revisão geral anual e do crescimento vegetativo da folha de pagamentos?	- O Município deve demonstrar que as dotações orçamentárias referentes a despesas com pessoal foram calculadas considerando a previsão de revisão geral anual (reajuste salarial previsto em lei) e a evolução natural da folha (progressões, promoções, substituições e novos ingressos). - Caso a evidência apresentada seja planilha eletrônica, esta deve conter a memória de cálculo com as fórmulas utilizadas de forma explícita e auditável, permitindo a verificação do raciocínio aplicado, e não apenas do resultado.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q02. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)	IV03. Elaboração e gestão da LDO e LOA	29422	Anexe o documento ou planilha eletrônica em que conste o cálculo realizado pelo Município para a fixação das despesas de pessoal.	- O Município deve apresentar o documento ou planilha eletrônica que evidencie o cálculo realizado para a fixação das despesas de pessoal. - Caso a evidência seja apresentada em formato de documento (PDF ou equivalente), as memórias de cálculo e as fórmulas aplicadas devem constar expressamente do próprio documento, de forma legível e auditável. - Caso a evidência seja apresentada em planilha eletrônica, esta deve conter a memória de cálculo com as fórmulas utilizadas de forma explícita e auditável (não bloqueadas, ocultas ou substituídas por valores fixos), permitindo a verificação do raciocínio aplicado e não apenas do resultado.	ANEXO	NÃO	(29421 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q02. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)	IV03. Elaboração e gestão da LDO e LOA	29423	Para fins de elaboração do PLDO 2027 e da PLOA 2027, a previsão das receitas provenientes do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) foi calculada considerando o cronograma de transição da Reforma Tributária (EC nº 132/2023) e o desconto da parcela destinada ao financiamento do Comitê Gestor do IBS (CGIBS)?	- O Município deve comprovar que a previsão das receitas do IBS constante do PLDO 2027 e da PLOA 2027 foi calculada considerando o cronograma de transição instituído pela Emenda Constitucional nº 132/2023 e o desconto da parcela da arrecadação destinada ao financiamento do CGIBS, nos termos do art. 344 da Lei Complementar nº 214/2025. - Fundamento: Orientação I-017 do Guia Orientativo CGIBS (ed. 3.0/2026).	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q02. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)	IV03. Elaboração e gestão da LDO e LOA	29424	Anexe o documento em que conste o cálculo realizado pelo Município para a previsão de receitas provenientes do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).	-	ANEXO	NÃO	(29423 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q02. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)	IV03. Elaboração e gestão da LDO e LOA	29425	As dotações orçamentárias previstas no PLOA 2027 possuem montante suficiente para sua execução, ou seja, não possuem dotação irrisória?	- O Município deve prever que as dotações orçamentárias consignadas no PLOA foram fixadas em valores compatíveis com a execução das despesas previstas, evitando rubricas com dotações meramente simbólicas ou insuficientes (valor irrisório). - Obs.: a resposta a esta questão tem o objetivo exclusivamente informativo e não influenciará na pontuação obtida pelo Município na avaliação.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	NÃO	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q02. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)	IV03. Elaboração e gestão da LDO e LOA	29426	As despesas contratuais fixadas na PLOA 2027 foram calculadas com base no Plano de Contratações Anual (PCA) elaborado pelo Município?	- As despesas contratuais previstas no PLOA 2027 devem ter sido fundamentadas em levantamento prévio realizado pelas unidades responsáveis e consolidadas no Plano de Contratações Anual (PCA), conforme o art. 12, VII, da Lei nº 14.133/2021. Admite-se a realização de ajustes entre o PCA e a LOA, desde que devidamente justificados. - A LOA deve refletir os valores estimados das contratações que exijam previsão de saldo orçamentário; podem ser dispensadas da inclusão as contratações que não demandem essa previsão, como atas de registro de preços.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças

Questão de Avaliação	Item de Verificação	Questão Auxiliar		Requisitos de Atendimento	Opções de Resposta	Compõe Nota?	Dependência	Resultado quando a condição da dependência não for satisfeita	Interlocutor	Interlocutor substituto
Q02. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)	IV03. Elaboração e gestão da LDO e LOA	29427	O Município possui manual próprio que estabelece os procedimentos para a alteração da Lei Orçamentária Anual (LOA), contemplando, entre outros aspectos, fluxos e responsabilidades para a abertura de créditos adicionais (suplementares, especiais e extraordinários) e o remanejamento de dotações?	- O Município deve demonstrar que possui manual institucionalizado que estabeleça de forma clara e padronizada os procedimentos para alteração da Lei Orçamentária Anual (LOA), incluindo a abertura de créditos adicionais (suplementares, especiais e extraordinários) e o remanejamento de dotações orçamentárias. - O documento deve contemplar, no mínimo: – Os critérios legais e técnicos utilizados para justificar as alterações; – O fluxo de tramitação dos pedidos de alteração, desde a solicitação até a formalização; – A definição dos prazos e responsáveis por cada etapa do processo, com a devida vinculação institucional. - Não atende o documento que se limite a reproduzir os dispositivos legais sobre créditos adicionais, sem detalhar fluxo, prazos ou responsáveis próprios do Município, ou que o apresente de maneira apenas conceitual, sem caráter orientativo e operacional.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q02. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)	IV03. Elaboração e gestão da LDO e LOA	29428	Anexe o manual de alteração da LOA.	-	ANEXO	NÃO	(29427 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q02. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)	IV03. Elaboração e gestão da LDO e LOA	29429	O Município utiliza ferramenta própria — painel de Business Intelligence (BI) ou planilha eletrônica — para o acompanhamento da realização das receitas e da execução das despesas?	- O Município deve demonstrar que utiliza ferramenta própria — informatizada (ex.: Business Intelligence) ou em planilha eletrônica (ex.: Excel) — voltada ao acompanhamento da arrecadação de receitas e da execução de despesas, que permita visualizar, ao menos, a receita prevista versus arrecadada, a despesa autorizada versus realizada e o saldo orçamentário (superávit ou déficit). - A atualização dos dados deve ocorrer com periodicidade compatível com a rotina de monitoramento do Município, observado o intervalo máximo bimestral, compatível com a periodicidade do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO — CF/88, art. 165, §3º). Não se exige atualização automática ou em tempo real. - Não atende a indicação de ferramenta de terceiro sobre a qual o Município não detenha gestão (ex.: painéis públicos disponibilizados pelo Tribunal de Contas ou por outro ente). - A natureza da ferramenta (informatizada ou em planilha eletrônica) é verificada na questão auxiliar subsequente.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q02. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)	IV03. Elaboração e gestão da LDO e LOA	29430	A ferramenta utilizada para o acompanhamento da realização das receitas e da execução das despesas é um painel de Business Intelligence (BI) de gestão própria do Município?	- Responder "SIM" caso a ferramenta informada seja solução de Business Intelligence (BI) de gestão e alimentação próprias do Município. - Responder "NÃO" caso a ferramenta informada seja planilha eletrônica própria do Município. - A resposta "NÃO" direciona a evidenciação para a questão auxiliar de anexo da planilha eletrônica.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	NÃO	(29429 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças
Q02. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)	IV03. Elaboração e gestão da LDO e LOA	29431	Informe o endereço eletrônico (link) do site que demonstre a disponibilização da ferramenta.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(29430 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças

Questão de Avaliação	Item de Verificação	Questão Auxiliar		Requisitos de Atendimento	Opções de Resposta	Compõe Nota?	Dependência	Resultado quando a condição da dependência não for satisfeita	Interlocutor	Interlocutor substituto
Q02. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)	IV03. Elaboração e gestão da LDO e LOA	29432	Anexe a planilha eletrônica que demonstre a utilização da solução.	- Anexar a planilha eletrônica própria do Município utilizada para o acompanhamento da realização das receitas e da execução das despesas, referida anteriormente. - A planilha deve permitir identificar, ao menos, a receita prevista versus arrecadada, a despesa autorizada versus realizada e o saldo orçamentário (superávit ou déficit).	ANEXO	NÃO	(29430 == "NAO")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo planejamento orçamentário municipal	Gestor(a) municipal da área de finanças